

Petição On-line

Petição:	Coletiva
Nome do 1º Peticionante ou de Pessoa Coletiva:	Francisco José Fernandes Leitão
Morada:	
Local:	
Código Postal:	
Endereço Eletrónico:	
Documento de identificação:	BI Nº válido até:
Identificação de outros peticionantes:	António Manuel Ferro Terramoto, BI: José António Marques Sabino, BI:
Objeto sucinto da sua Petição:	Protecção da Ria Formosa
Texto da sua Petição:	Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia da República, Segue texto Integral em anexo (ficheiro Pdf - Carta AR)
Caso não seja possível contactar o 1º Peticionante, indique outro contacto:	
Nome:	
Morada:	
Local:	
Código Postal:	
Endereço Eletrónico:	

Exma. Senhora.
Presidente da Assembleia da República
Dr.ª Maria da Assunção Esteves
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Olhão, 5 de Abril de 2012

Assunto: Petição Pública

Exma. Senhora,

Um grupo de cidadãos anónimos, no Direito Constitucional conferido pelo n.º1 do Artigo 52º da Constituição da República, com o apoio das Associações Cívicas Somos Olhão! – Movimento de Cidadania Activa e ADRIP – Associação de Defesa, reabilitação, Investigação e Promoção do Património Natural e Cultural, é promotor e subscritor de uma petição pública que teve os seus termos, no sítio da Internet <http://www.peticaopublica.com/?pi=P2011N7397> e ainda em papel, que contou com a recolha de 1102 assinaturas.

Esta petição, que tem por título “Protecção da Ria Formosa”, visa solicitar junto da Assembleia da República, que inste o Governo a desencadear os estudos, calendarização e promoção dos respectivos trabalhos para a mitigação dos problemas que assolam toda a Ria Formosa, nomeadamente erosão costeira, fraca hidrodinâmica (precária regeneração de águas) e poluição.

Como é do conhecimento de V. Excia., a Ria Formosa foi elevada a Parque Natural pelo Decreto-Lei nº 373/87, de 9 de Dezembro, encontrando-se integrado na Rede Natura 2000 pela Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto que cria o Sítio “Ria Formosa - Castro Marim” (proposto para Sítio de Interesse Comunitário - SIC - rede Natura 2000) e pelo Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de Setembro que cria a Zona de Protecção Especial para Aves Selvagens “Ria Formosa” (esta ZPE integra directamente a rede Natura.2000) e protegida entre outras convenções pela Convenção de Ramsar desde 24 de Novembro de 1980 como zona Húmida de Interesse Internacional.

Estamos perante um ecossistema único no mundo, quer pela sua morfologia, quer pela sua fauna e flora, onde à destacar, a existência da maior colónia de Cavalos Marinhos do Mundo junto á barra da Ilha da Armona e a Ilha da Culatra.

Parte I – O Sistema da Ria Formosa (caracterização)

O sistema de ilhas-barreira da Ria Formosa é actualmente constituído por cinco ilhas e duas penínsulas (de ocidente para oriente: Ancão, Barreta ou Deserta, Culatra, Armona, Tavira, Cabanas e Cacela), separadas por 6 barras (do Ancão ou de São Luís, de Faro-Olhão, da Armona ou Grande, da Fuzeta, de Tavira e de Cacela ou do Lacém). Das barras aludidas, a de Faro-Olhão e a de Tavira são artificiais, estando fixadas com molhes. As ilhas e penínsulas referidas são arenosas e definem um corpo lagunar

importante constituído por sapais, rasos de maré, canais de maré e pequenas ilhas de carácter lodoso ou arenoso.

O sistema de ilhas-barreira da Ria Formosa apresenta algumas características únicas ou raras no conjunto dos sistemas semelhantes mundiais. Teoricamente, estes sistemas só se desenvolvem em ambientes em que a amplitude máxima da maré é inferior a 4 metros. Com uma amplitude máxima da maré que ultrapassa os 3,5m, este sistema encontra-se praticamente no limite a partir do qual não se desenvolvem sistemas de ilhas-barreira. Verifica-se, também, que geralmente estes sistemas se encontram na dependência de desembocadura de rios importantes. Também neste aspecto as ilhas-barreira da Ria Formosa são originais porquanto não há qualquer rio importante que aflua ao sistema ou o possa alimentar sedimentarmente. O rio Guadiana, cuja foz se localiza algumas dezenas de quilómetros a nascente da Ria Formosa, poderia ser uma fonte de areias para o sistema, mas tal não é credível porquanto o sentido das areias que são transportadas ao longo da costa é de Oeste para Leste, sendo consequentemente as areias fornecidas por este rio transportadas no sentido contrário ao da Ria Formosa.

Parte II – Erosão Costeira (causas e consequências e a forma de mitigar)

A erosão costeira tem sido antropicamente amplificada por várias intervenções efectuadas na adjacência ou no próprio sistema, entre as quais se podem referir a construção dos molhes da marina de Vilamoura e o campo de esporões de Quarteira, os esporões de fixação da barra artificial de Tavira e, principalmente, a construção da barra artificial de Faro-Olhão, cujos molhes fizeram com que o sistema entrasse em ruptura, sendo prova disso a Barra da Armona, que separa as ilhas da Culatra e da Armona é considerada a única barra estável do sistema, em termos de localização e a que apresenta o delta de vazante mais desenvolvido. Era a principal barra do sistema, mas o crescimento da ilha da Culatra tem provocado o seu estreitamento progressivo. Entre 1873 e 1983, a barra estreitou cerca de 2500m, passando de uma largura de 4300m para 1850m. A maior taxa de estreitamento, entre 1950 e 1977, está provavelmente relacionada com a conclusão da abertura da Barra de Faro-Olhão. Na actualidade, apresenta uma largura de menos de 200m e está completamente assoreada.

Na gestão do sistema e nas intervenções que aí se efectuem há sempre que considerar que a Ria Formosa constitui um recurso económico de grande importância regional e, mesmo, nacional, gerando anualmente mais de 50 milhões de euros em actividades variadas. A prossecução da maior parte destas actividades necessita de um bom funcionamento hidráulico do sistema que propicie eficiente renovação de águas e/ou canais com profundidade minimamente adequada.

As características das tendências evolutivas do sistema, associadas às consequências de muitos dos tipos de exploração do próprio sistema (turismo, portos, extracção de areias, aquacultura, Cunicultura, etc.), têm conduzido a elevado conflito de interesses, o que, aliás, é normal em zonas costeiras. No entanto, o nível de conflitualidade aumenta quando se considera que o sistema corresponde a um Parque Natural, onde há que compatibilizar interesses económicos e actividades antrópicas diversificadas com a conservação do ambiente natural. Num sistema bastante sensível e já fortemente impactado pelas actividades antrópicas, só é possível proceder à conservação do ambiente natural através de intervenções tendentes a minimizar os impactes negativos induzidos por essas actividades antrópicas.

A Ria Formosa tem de ser encarada no seu todo, cordão dunar (ilhas e penínsulas), barras e laguna. Qualquer intervenção que não tenha em vista o conjunto, mas apenas parte dele, está votada ao insucesso.

A Ria Formosa carece de uma intervenção profunda, tendo em conta os graves riscos que corre e que

são susceptíveis de pôr em causa a segurança de pessoas e bens dos aglomerados habitacionais ribeirinhos. Desde logo, porque, nos últimos anos todo o cordão dunar tem vindo a perder altura e largura, tornando-se cada vez mais permeável a galgamentos oceânicos, de que são exemplos mais recentes os registados na Fuzeta e Cacela. A Praia de Faro e a Ilha da Culatra (núcleos do Farol e Culatra) estão também ameaçadas pela vulnerabilidade aos galgamentos oceânicos. A ausência de uma política de defesa costeira, associada à atitude negligente e irresponsável das autoridades que tutelam o ambiente na região, implica que o risco de desaparecimento da Ria Formosa aumente de dia para dia, porque e facilmente se compreenderá que sem ilhas-barreira não há Ria (laguna), nem as zonas húmidas e de sapal características, com todas as implicações económicas, sociais e ambientais que lhe estão associadas.

Em regra, a diferença da preia-mar de maré viva e a cota do solo urbano das povoações ribeirinhas oscila entre 0,5 e 1,5 metros, excepto na zona entre Cabanas de Tavira e Manta Rota, aí muito maior. Num cenário de hipotético desaparecimento das ilhas barreira, a coincidência de uma preia-mar de maré viva com temporal, as águas costeiras invadiriam as zonas ribeirinhas. Posta a questão nestes termos, parece-me prioritária a definição de uma intervenção de defesa do cordão dunar, com medidas mitigadoras dos impactos negativos provocados, primeiro pelos molhes da barra artificial da barra Faro/Olhão, barra de Tavira, molhes da Marina de Vilamoura e os esporões de Quarteira, que impedem a normal deslocação de areias no sentido Poente/Nascente.

Nesta conformidade, deve ser considerada a utilização de geotêxteis, constituindo uma solução intermédia que contempla em boa medida a eficácia de uma estrutura de engenharia pesada e apresenta a vantagem de se tratar de uma intervenção que não altera visualmente a zona intervencionada, podendo ser adaptada à morfologia de cada local específico e utilizando a areia existente no próprio local.

No essencial, a metodologia consiste no reforço da duna com geotêxteis, através da construção de uma barreira de protecção, a qual é coberta por uma camada de areia com cerca de 1.0 m e sobre a qual se procede a uma replantação adequada. As dimensões das mantas de geotêxtil, que envolvem adequados volumes de areia (contentores, vulgo sacos gigantes), são obtidas recorrendo a expressões semi-empíricas.

Esta acção deve ser complementada com a criação de Recifes artificiais multifuncionais (RAMs), Colocados a não menos de 200 m da costa. Esta solução complementar de implementação de estruturas submersas, em forma de delta, correntemente designadas por recifes artificiais multifuncionais (RAMs), que procuram reforçar e ampliar as funcionalidades atribuídas aos recifes artificiais clássicos. A construção deste tipo de estruturas é em geral equacionada tende como principais objectivos a prática de desportos aquáticos radicais e o atenuar das grandes fragilidades de muitos dos actuais sistemas naturais de protecção existentes ao longo das zonas costeiras.

Por conjugação de vários fenómenos que ocorrem em condições de águas pouco profundas, estas estruturas são concebidas de modo a promoverem a rotação das ondas, o seu empolamento e a consequente rebentação das mesmas sobre a plataforma submersa (RAM), reduzindo em consequência o seu efeito erosivo na base ou sobre as protecções naturais existentes.

Parte III – Barras Naturais (Assoreamento e a sua mitigação)

De um modo geral todas as barras naturais apresentam problemas de assoreamento provocados pela dinâmica eólica das areias, pela hidrodinâmica das águas costeiras, mas também pelo rebentamento da ondulação dos barcos nas margens de areia. A manutenção das barras naturais em condições de

navegabilidade tem uma importância acrescida, não só porque se reflecte na actividade económica da região mas também pela renovação das águas da Ria Formosa.

A barra de S. Luís não garante as condições de navegabilidade desejadas, senão a partir de meia enchente. Apesar da recente intervenção, a barra da Fuzeta, só permite a navegabilidade a partir de meia maré.

A barra da Armona-Olhão foi a única barra que ao longo dos anos manteve uma certa estabilidade, até que, e por razões de abandono da obra de saneamento básico e águas por parte da empresa adjudicatária, e à revelia de qualquer estudo, foi decidido, assentar no fundo as respectivas condutas, verificando-se agora que também esta barra vem apresentando sinais de assoreamento muito rápido.

A barra da Armona viu a ponta do Farol, a outra margem, aproximar-se 2.500 metros. A barra do Ladem está inoperacional devido a um galgamento oceânico e a solução da Administração da Região Hidrográfica do Algarve determinou a abertura de uma barra no "fundo de saco" da Ria Formosa em Cacela, sem estudos ou qualquer critério digno de registo, quebrando o cordão dunar, criando uma nova ilha e eliminando a Península de Cacela.

Ao assoreamento das barras naturais corresponde um aumento da pressão nas barras artificiais de tal modo que a barra de Faro/Olhão ameaça implodir a qualquer momento por efeito da erosão das correntes de fundo. Para esta barra estava previsto uma cota de fundo de 4,5 metros abaixo do zero hidrográfico e neste momento apresenta 50 metros o que explica a ameaça que paira sobre os molhes.

Por outro lado bem se compreenderá que nestas condições o sistema lagunar não poderá funcionar devidamente. A fraca renovação das águas, a poluição das águas lagunares e a sua acumulação, degradam todo o ecossistema, verificando-se o desaparecimento de pradarias marinhas e a morte de espécies piscícolas e moluscícolas.

Assim se por um lado é importante as dragagens nos fundos das barras naturais, não será menos importante a sua fixação com recurso às mangas de geotêxteis, à semelhança do proposto para a protecção do cordão dunar.

Parte IV – A Poluição (causas e formas de mitigação)

A laguna da Ria Formosa enfrenta a sua mais séria crise ambiental, social e económica. Todos os canais apresentam sinais de assoreamento, originados pelos galgamentos oceânicos, pela movimentação eólica das areias do cordão dunar, mas também e muito pela força dos sedimentos largados pelas Etar. À fraca renovação das águas junta-se o efeito cumulativo da poluição de diversa etiologia com especial incidência para a provocada pelo deficiente tratamento das Etar, com consequências terríveis para a fauna, flora e habitats.

A carência em oxigénio, o excesso de nutrientes como o fósforo e particularmente de azoto, a opacidade das águas, a falta de foto-síntese, o apodrecimento dos fundos, a temperatura e a salinidade da água estão na origem da degradação do ecossistema Ria Formosa.

Para além da necessidade urgente da dragagem dos diversos canais, torna-se também necessário e urgente uma intervenção profunda nas Etar que servem os concelhos da Ria Formosa, pois das suas descargas nenhuma cumpre com os parâmetros atribuídos ao meio receptor, águas conquícolas e piscícolas.

Daí que nos últimos anos se venha a registar o desaparecimento de quantidades apreciáveis de zonas

faunísticas, seba e sebarinha entre outras. Sem a fauna característica onde vão desovar as espécies que ali encontram o meio adequado à deposição larvar. Também, todos os anos se tem registado a morte de aves migratórias naquilo que se pode considerar uma perda apreciável da avifauna. Por outro lado, os moluscos bivalves filtrantes funcionam como um organismo ambiental, que diz bem da qualidade das águas da Ria Formosa. No seu processo de alimentação, sifão filtrante, recebem os nutrientes em suspensão na água e se esta não obedecer a determinados parâmetros de qualidade, podem adoecer e morrer. Sendo a água de fraca qualidade, com as carências já apontadas, a saúde dos moluscos bivalves é precária. A juntar a este problema, o Perkinsus Atlanticus, parasita apontado como um dos principais responsáveis pela morte dos bivalves (amêijoa-boa), encontra na péssima qualidade da água o meio adequado à sua propagação.

Assim, sem se alterar as condições de funcionamento das Etar, todas elas em violação de legislação ambiental nacional e comunitária, não é possível combater o flagelo da morte de moluscos, espécies piscícolas, crustáceos e fauna na Ria Formosa.

Na década de oitenta do século passado, a Direcção-Geral das Pescas estimava que a produção controlada de amêijoa-boa permitisse a apanha de 3 a 4 Kg/m². No final da década de 90, o IPIMAR estimava uma densidade de 1,5 Kg/m². No presente, os produtores estimam 0,25Kg/m², o que diz bem do que tem sido a política ambiental na Ria Formosa, muito particularmente para este sector. O impacto económico, social e ambiental da situação descrita, contribui para o empobrecimento das populações, degrada o tecido empresarial muito dependente destas actividades, cria desemprego e torna-se um desastre ambiental.

Em Resumo, as grandes ameaças à Ria Formosa são, sem sombra de dúvidas, a erosão costeira, agravada pelas construções dos molhes das barras artificiais e os esporões de Quarteira. Como medidas de mitigação dos impactos negativos provocados os promotores, baseados em estudos científicos comprovados, defendem a colocação de Geotexteis para reforço e consolidação do cordão dunar complementada com revegetação com espécies vegetais autóctones predominantes e a "construção" de recifes artificiais multifuncionais em mangas de geotêxteis, a uma distância de cerca de 200 metros da linha de costa, a aplicação do sistema de estacas no cordão dunar para evitar a erosão eólica e a dragagem com fixação das barras naturais, no seu ponto de origem, também com o recurso às ditas mangas.

A aplicação de geotêxteis tem sido bastante utilizada em trabalhos de engenharia hidráulica, e apenas recentemente passou a sê-lo na construção de dunas artificiais e estabilização de medidas de alimentação de praias.

A recuperação de um sistema dunar degradado apenas é bem-sucedida quando devidamente revegetado. O uso da vegetação como método de estabilização e formação de dunas costeiras é amplamente aceite como sendo um método eficaz, além de ser igualmente o mais barato, o mais duradouro e o mais estético. As plantas mais utilizadas neste tipo de trabalhos são gramíneas perenes devido a serem relativamente fáceis de colher, transplantar e de se propagarem rapidamente. Em Portugal, bem como ao longo de toda a costa Europeia e Norte de África, a espécie dominante na duna primária é a gramínea *Ammophila Arenaria*.

Aliando interesses e perspectivas complementares, reduzir-se-ão deste modo os investimentos públicos e, simultaneamente, dotar-se-ão as zonas costeiras de equipamentos atractivos sob os pontos de vista turístico, económico e ambiental. Nesta conformidade, parecem ser apropriadas formas de intervenção adequadamente planeadas e implementadas com multifuncionalidades.

As ameaças que pendem sobre o meio lagunar resumem-se ao assoreamento dos canais, à subida do leito da Ria, à poluição e à fraca renovação de águas. Propõe-se a dragagem dos canais com repulsão de areias para o cordão dunar e a eliminação dos principais focos de poluição que provêm das Etar, acompanhados de um programa de educação ambiental junto das populações, que permita um melhor conhecimento das técnicas, dos meios e dos materiais a usar para uma Ria Formosa cada vez melhor.

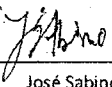
É com este conjunto de multi-objectivos que se propõem soluções viáveis e suficientemente atractivas, nomeadamente:

- (i) Estruturas submersas ambientalmente amigáveis e promotoras de actividade turística,
- (ii) Estruturas de defesa complementares de sistemas naturais de protecção,
- (iii) Alternativas à alimentação artificial com finalidades de retenção ou acumulação de areias,
- (iv) Possíveis alternativas, a obras pesadas de engenharia, as quais têm sido encaradas fundamentalmente como medidas de recurso, satisfazendo necessidades imediatas de protecção, mas sem claros benefícios a médio prazo.


Estas soluções são mais baratas e com maior durabilidade, contribuindo ainda para o aumento da Biodiversidade, bem como o aumento da qualidade de vida das pessoas e a economia (nomeadamente pesca e turismo).

Com os melhores cumprimentos,


Os Autores



José Sabino



Francisco Leitão



António Terramoto

Promotores /Subscritores/Apoios



António Terramoto
Somos Olhão

ADRIP

